



XII CONAGES
XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

RELAÇÕES DE GÊNERO E AS REPERCUSSÕES NO RESULTADO DA EDUCAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 2010

Allene Carvalho Lage

Universidade Federal de Pernambuco

allene Lage@yahoo.com.br

Filipe Antonio Ferreira da Silva

Universidade Federal de Pernambuco,

filipe.antonio20@hotmail.com

RESUMO: Este artigo surge a partir do relatório parcial de um projeto de iniciação científica, que se delinea no âmbito de uma pesquisa científica aprovada no Edital Universal 2012 do CNPq que tem por objetivo geral conhecer o percurso dos resultados da escolarização nos censos de 1970 à 2010, considerando as variáveis de gênero e raça, no interior de Pernambuco onde existiam latifúndios e hoje existem assentamentos de reforma agrária e, verificar se comparados com as médias do estado é possível encontrar diferenças nos resultados. A história da educação brasileira nos ajuda a entender os projetos e as ideologias dos períodos políticos da história do Brasil, bem como a construção e reprodução dos processos de desigualdades sociais entre classes sociais, gênero, raças/etnias e entre campo e cidade e, as articulações e submissões dos projetos das classes dominantes aos projetos de hegemonia internacional. Nesse projeto de iniciação científica caminhamos para conclusão do projeto, com a perspectiva depois de analisados os resultados da educação, fundamento os dados dos Censos Demográficos de 1970 até 2010, referentes às regiões do estado de Pernambuco onde existiam latifúndios e hoje existem assentamentos de reforma agrária, encerramos com a análise os resultados da escolarização, considerando a variável de gênero, no contexto rural e urbano de Pernambuco, comparando-os com resultados da educação também rural e urbana da Região Nordeste e do Brasil, com base nos Censos Demográficos de 1970 até 2010. Nesse exercício de pesquisa teremos como base os dados demográficos dos censos de 2010.

Palavras-Chave: Escolarização; variáveis de gênero; educação do campo; educação rural.

INTRODUÇÃO

Em meio a nossa sociedade pós- moderna, dividida em demandas sociais e individuais, a pauta da educação surge

como resposta aos vários questionamentos impostos por aqueles que não aceitam o modelo vigente. Para os povos camponeses,

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

negligenciados historicamente, a falta de políticas educacionais específicas demandam altos índices de desvalorização social: seja pelo alto nível de analfabetismo até pela precarização no meio rural onde cresceram e vivem.

Autores como como Sérgio Leite (2002) e Miguel Arroyo (2007) revelam em suas pesquisas que o campo sempre foi visto como um lugar de atraso, uma vida abjeta a ser superada, e por esse motivo, as políticas sociais e educacionais não evidenciam como prioridades a escola Rural. Quando as demandas políticas educacionais são obrigadas a enxergarem a realidade rural, a educação chega como “adequada aos modelos políticos de desenvolvimento econômicos efetivados no campo, cujas bases se fundamentavam nos interesses das classes dominantes.” (AZEVEDO, 2007, p. 145)

De certo modo, as políticas de educação rural causaram graves consequências no que tange ao processo de escolarização dos povos do campo. Como até hoje, em regiões do Brasil, são precárias e desumanas.

Nessa direção, a história da educação rural e da educação do campo desde sempre tem sido recheada de exemplos de políticas e de gestões que a desafia como lugar de punição, de equipamentos escolares velhos ou ultrapassados, e de uma crença de alunos/as

com poucas capacidades de aprendizagem, criando deste modo uma imagem subalternizada dos sujeitos educativos e destas modalidades de educação. Isto decorre devido ao fato de que a educação para os povos do campo no Brasil sempre esteve submetida às elites agrárias, que propositadamente utilizavam-se da educação como instrumento ideológico e de dominação, no qual a escola rural e não do campo, era o lugar da formação de trabalhadores domesticados.

A educação construída nos lugares de luta política dos movimentos sociais do campo tem transformado trajetórias silenciadas em novos marcos políticos, na medida em que seus protagonistas podem se enxergar como sujeitos nos mais variados campos da cidadania. Nesta direção, o processo de tomada de consciência contribui para quebrar as formas de alienação e isolamento, permitindo a superação do sentimento de opressão e de subalternidade, que induz o sujeito a acreditar nas suas possibilidades transformadoras por eles mesmos protagonizados. Em face dessas questões é que, ao pensarmos a educação rural, a primeira ideia que temos refere-se a uma educação inadequada, onde a educação urbana é transportada integralmente, sem nenhuma preocupação pedagógica com os sujeitos que a ela destinados. A escola rural, tal como a



urbana, que deveria ser lugar de construção de valores e diálogo com a realidade, submete seus sujeitos a uma concepção de realidade urbana completamente desvinculada da realidade campesina, na ideia de fixar o homem do campo, de forma subalterna às estruturas agrárias dominantes.

Diante desse cenário este exercício de pesquisa pretende estender reflexões para o seguinte objetivo geral: analisar os resultados da escolarização de mulheres e homens, no contexto rural e urbano de Pernambuco, comparando-os com resultados da educação também rural e urbana da Região Nordeste e do Brasil, com base nos Censos Demográficos de 2010.

METODOLOGIA

Selltiz (1965) entende que,

(...) a pesquisa é dirigida em busca de respostas, que poderão ou não ser encontradas. A ciência moderna, especialmente a sociologia, é tipicamente um processo sem fim. Com frequência, as pesquisas sociais acabam por suscitar novas questões, ou formulam novamente as anteriores (SELLTIZ, 1965: 7).

Pedro Demo (1995) faz uma reflexão sobre a questão da realidade e argumenta sobre as limitações a que estão sujeitos os/as investigadores/as e reflete sobre a interferência destes, na construção da visão do que seria a realidade, quando se pretende aprender com ela.

O maior problema da ciência não é o método, mas a realidade. Como esta não é evidente, nem coincide completamente com a idéia que temos da realidade e a própria realidade, é preciso primeiro colocar esta questão: o que consideramos real? Alguns acreditam que a realidade social é algo já feito, totalmente externo e estruturado. Outros concebem-na como algo a se fazer, pois seria criativamente histórica. Outros tentam misturar as duas posturas: em parte a realidade social está feita, em parte pode ser feita (DEMO, 1995: 16)

Assim sendo, como não há a forma ou método “certo” de explicar a “realidade”, sugere-se a utilização da abordagem interpretativa, podendo ser aplicada na pesquisa qualitativa quanto na quantitativa. Assim, esta orientação levará essa investigação à produção de um conhecimento novo ao se optar por métodos de tradição interpretativista com as particularidades específicas que o estudo possa suscitar.

Entretanto, por conta da suposta falta do “rigor das mensurações” que apresenta na consecução de suas pesquisas, a tradição qualitativa tem sido vista, frequentemente, com desconfiança pelos acadêmicos que cultuam a chamada atitude natural (DENZIN E LINCOLN, 1994). Os estudos qualitativos têm sido sujeitos à crítica e avaliação na maneira como constroem o conhecimento (científico), por carecerem de critérios explícitos (i.e., transparência nos procedimentos e dos critérios de prática) sobre o que constitui uma “boa prática”, e até mesmo sobre a qualidade do



processo de pesquisa (LONG E JOHNSON, 2000).

Método do Caso Alargado

O melhor método a ser utilizado não é aquele mais conhecido e de domínio amplo, mas aquele que consegue investigar todos os pontos relevantes para que os resultados da pesquisa sejam alcançados. Nesse sentido, esta pesquisa foi fundamentada Método do Caso Alargado que parte do Estudo de Caso convencional e ao final alarga suas implicações dentro do tema ao olhar a sociedade.

Nesta direção, a utilização do Estudo de Caso é importante para a compreensão do tema pesquisado, por proporcionar um exame mais abrangente sobre as várias implicações do estudo sobre a escolarização de pessoas brancas, pardas e negras no interior de Pernambuco. Dentro desta perspectiva, o Método do Caso Alargado consubstancia a necessidade de ampliar as conclusões do estudo de caso, pela especificidade do tema da pesquisa. Desse modo, o caso torna-se alargado nas suas implicações, não é na análise estrita do caso – o estudo de caso é uma janela através da qual se vê a sociedade e outras coisas de forma mais ampla. Neste sentido, o Método do Caso Alargado propõe que,

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável,

mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (SANTOS, 1983, p. 11).

De fato, o Método do Caso Alargado propicia uma conclusão de maior profundidade sobre a investigação realizada, incidindo não apenas sobre o caso estudado, mas porque oferece uma estrutura analítica capaz de ampliar o espectro das reflexões, amplia o universo da análise de modo que esta possa discorrer acerca de questões importantes relacionadas com o tema e presentes na sociedade.

Fontes de informação

Coleta de dados

A Coleta de Dados para esta pesquisa foi realizada nos Censos Demográficos publicados pelo IBGE referentes às décadas de 1970 à 2010 de Pernambuco. Dentro desse contexto, o nosso estudo teve por bases dados com estatísticas educacionais e como tal merece uma atenção sobre sua validade e fidedignidade. Neste sentido, Ferraro (2002b) afirma que,

Analisar “níveis de analfabetismo e de letramento na população brasileira ao longo dos censos” implica lidar com estatísticas educacionais. Isso coloca o problema da qualidade (validade e fidedignidade) dessas estatísticas, problema este certamente tão velho quanto às próprias estatísticas, provavelmente mais grave quando se trata de estatísticas sociais, como as da educação (FERRARO, 2002, p. 22).

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Educação Rural

A escola que temos hoje enquanto instituição social, decorre de demandas políticas e econômicas, onde essas exigem uma política educacional que de voz e vez ao capital. Modelo na qual exige mão de obra capacitada e formada para fornecer seus serviços à máquina do capital, com um único objetivo de expandir o modelo capitalista e assegurar-lo como único e hegemônico. Esse mesmo modelo evidencia seus interesses aos dominantes, cuja criação de valores e condutas são indiscutíveis.

A educação rural, assim como outras modalidades, está atrelada a esse modelo educacional, cuja origem “está na base do pensamento latifundialista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. O debate da educação rural data das primeiras décadas do século XX” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 62 apud AZEVEDO, 2007, p. 154) Leite (2002, p. 28)

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente não carece de estudos. Isto é coisa de gente da cidade” (2002, p. 14)

Sendo assim, a escola de educação Rural traça seu modelo educacional de forma a

negligenciar uma educação no e do campo, sendo os interesses iniciais apenas de instruir os camponeses aos usos manuais de ferramentas ao uso da agricultura como forma de subsistência. Tendo como base o ensino de poucas letras, sem aprofundamento nos conteúdos.

Esse modelo de escola citado acima fixava o trabalhador nas áreas rurais, sendo imposto aos mesmos que trabalhem duro, sol a sol, por meio de trabalho manual. Sendo esses trabalhos realizados em grandes terras de latifundiários. Fica evidente que há uma separação de conhecimentos que são necessários para a sociedade e os que são um mero complemento. Jacob Gorender menciona:

A produção do trabalho alcança um patamar superior quando se separam o trabalho manual do trabalho intelectual. Este último passa a ser função privilegiada de certo segmento da classe dominante, o qual se dedica a pensar. A tarefa de pensar se enobrece, enquanto se envilecem as tarefas exigentes de esforço físico, entregues aos indivíduos das classes dominantes e exploradas (2007, p. 28)

Como nos aponta ARROYO (2007) Fica evidenciado que a dicotomia entre área urbana e área rural está atrelado aos interesses do capital. Na cidade encontramos protótipos de sujeitos de direito. A cidade é cultura, lazer, política e educativa. Já a área rural é o atraso, o coronel e o seu empregado, a civilização atrasada e precária. E precisa urgentemente ser reinventada.



Educação do campo

A I Conf. Nac. Por uma educação do campo foi pensada a partir da realidade que se encontrava a educação rural no Brasil e seu processo de exclusão que a mesma estava inserida. Os livros se encontravam a mercê de um currículo regulador, uma escola negligenciada e professores com precariedade ao ensinar. Tendo como partida todas essas denúncias graves, o início para a preparação da conferência ocorreu no I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I Enera) realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no mês de julho de 1997. Esse encontro teve grandes entidades como parceiros: a Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Todas essas entidades tiveram e têm até hoje uma grande responsabilidade de anunciar para todo Brasil o contexto da realidade do campo, em termos de suas especificidades, como a cultura e a relação tempo- espaço do meio rural. Elementos essas essências para se pensar e lutar por uma educação do campo. As cinco entidades foram convocadas e decidiram

chamar o grande encontro de Conferência por uma educação Básica do campo.

Criado o texto- base, que relatava a realidade dos povos do campo, aconteceram as etapas estaduais, onde os municípios reivindicavam mais pluralidade de políticas públicas e educacionais para o campo, assim como denunciavam os graves problemas enfrentados por eles/as na rotina do dia- a- dia. Como o texto- base serviu para direcionar as propostas, elencamos as principais:

- Políticas públicas específicas;
- Afirmação dos saberes da terra;
- Educação rural/ do campo para o desenvolvimento humano;
- Educação básica como prática educativa e cultural no campo.

Todos esses temas foram primordiais para a construção dos debates e propostas que irão ser debatidos na grande conferência nacional. Foram eleitos 974 delegados dos Estados participantes das etapas estaduais.

Entre os dias 27 à 30 de julho, na cidade de Luziânia-GO foram votados e debatidos as propostas políticas e educacionais em relação a educação do campo divididos em painéis e plenária final. Como produto final foi elaborados dois textos conclusivos: o primeiro, de modo mais simples “Educação básica do campo: compromisso e desafios”. O



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

segundo, com o título “educação básica do campo: desafios e propostas de ação”. De forma exitosa, as cinco grandes entidades, após o término da conferência, tiveram o grande papel de diáspora: levar a novidade e conquistar mais territórios para aqueles que vivem à mercê de uma política desigual e reguladora. Sendo o maior propósito da I Conferência:

“Conceber uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação” (KOLLING, NERY, MOLINA, pg. 29)

A partir dessa da I Conferência a Educação do Campo mudou radicalmente as concepções político-pedagógicas de se formar o sujeito que vive no campo. De uma percepção sobre o mundo resignada, os sujeitos que passam pela educação dentro dos movimentos sociais, de fato modificam sua compreensão e enxergam e atuam de modo diferenciado. Um dos principais fatores dessa transformação tem sido a educação do campo, enquanto concepção diferenciada, construída em diálogo com os movimentos sociais do campo, os quais definiram novas concepções político-pedagógica, de maneira que a educação possa construir novos sujeitos políticos e que estes queiram e possam ir além da leitura de um bilhete simples e das quatro operações básica da aritmética.

Proposto o desafio, se busca com os resultados lutar por um novo projeto educacional de desenvolvimento que acolhe e garante as especificidades e características do meio rural.

Relações de Gênero e as Repercussões no Resultado da Educação entre Mulheres e Homens dos censos demográficos de 2010

Vivenciamos em nossa sociedade uma diversidade de perfis: de cor, raças, credos, gênero e identidade de gênero, e principalmente, de identidades. Essas identidades estão entrelaçadas em nossas vidas e em nossa cultura. Modificando, ao longo tempo, quem somos e o que seremos. Diante das inúmeras conquistas no cenário das lutas políticas pela diversidade cultural e sexual, na luta de reconhecimento dos movimentos sociais por identidade, estudos feministas e estudos de gays e lésbicas surgem com abordagens diferenciadas e objetivos bem definidos. Neste caminho, a diversidade tem um forte caráter político que irá consolidar o tipo de proposta que se intenciona trabalhar. Abordando em seus temas centrais de discussão o respeito a diversidade ou a favor de um multiculturalismo baseado nas concepções da hegemonia.

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



De fato, as distinções entre os sexos, superam a questão do biológico e se configuram em representações de masculino e feminino que são carregadas de simbolismos e de papéis, consolidados e hierarquias históricas, onde o feminino sempre esteve em lugar de subordinação. Essa perspectiva encontra lastro em Saffioti (1987) quando argumenta que “a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, p. 08). Dessa maneira a naturalização das discriminações socioculturais entre mulheres e homens construídas e difundidas ao longo dos tempos pela sociedade sexista e patriarcal, legítima a mulher como um ser inferior de forma natural, assim como desencadeia as diferenças de gênero.

As questões postas na ideia de gênero ou relações de gênero, que tem um debate mais difundido do que patriarcalismo e sexismo, apesar de estarem imbricados, tem um debate consistente, inclusive no campo da educação. Um eixo central desse debate é a discussão do corpo como um território permeado de redes de poder e de controle, conforme assinalam de MEYER e SOARES (2008).

Nas tabelas abaixo podemos encontrar a sistematização os índices de escolarização entre homens mulheres nos contextos rurais e

urbanos de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil nos censos demográficos de 2010.

Percebemos que tanto na **Tabela I** quanto na **Tabela II e III** que as mulheres se mantém quase que invariavelmente a frente do índice de escolarização dos homens, no entanto, estudar a questão de gênero como variável para se entender a trajetória de educação no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco, nos conduz a compreensão de como a educação pode servir de instrumento de dominação ou de emancipação entre mulheres e homens, e desse modo, mostrar como têm sido reproduzidas socialmente essas questões em torno das desigualdades educativas, as superações que estão em curso. Como cita Ferraro (2010) “a desigualdade de gênero quanto à escolarização, que historicamente pesara em desfavor da mulher, converte-se, agora, a favor dela”. Também Usaremos em nossa pesquisa o termo gênero como uma categoria analítica em oposição ao sexo (como é usando nos censos do IBGE), por acreditarmos que gênero é socialmente construído e sexo é biologicamente dado. Gênero e sexo são, portanto, distintos entre si.

As tabelas seguem no final de texto.

CONCLUSÕES PRELIMINARES



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A educação construída nos lugares de luta política dos movimentos sociais do campo tem transformado trajetórias silenciadas em novos marcos políticos, na medida em que seus protagonistas podem se enxergar como sujeitos nos mais variados campos da cidadania. Nesta direção, o processo de tomada de consciência contribui para quebrar as formas de alienação, isolamento permitindo a superação do sentimento de opressão e de subalternidade, que induz o sujeito a acreditar nas suas possibilidades transformadoras por eles mesmos protagonizados. Assim, a experiência política de educação dentro dos movimentos sociais avança na humanização de seus integrantes, no sentido de uma educação humanizante do sujeito, construída por pedagogias que forjam subjetividades solidárias, capazes de enxergar no Outro a possibilidade de sua própria cidadania.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzales. Políticas de formação de educadores (as) de campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157- 176, maio/ago., 2007 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 29 de out. 2015
- AZEVEDO, Márcio Adriano de. Políticas de Educação do campo: concepções processos e desafios. In: NETO, Antonio Cabral et al. **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualiza de iniciativas governamentais**. Brasília: Liber Livros, 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica C. (org). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006.
- FERRARO, Alceu Ravello. **Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social**. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n.2, p. 505-526, maio/ago. 2010.
- GORENDER, Jacob, Introdução. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*.
- LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAIA, Eni Marisa. Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? **ANDE - Revista da Associação Nacional de Educação**, São Paulo, 1 (3): 5-11, 1982.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

p. 5-22, v. 16, nº2, jul/dez, Porto Alegre:

UFRGS, 1990.

KOLLING, Edgar Jorge. Ir. Nery- FSC.

MOLINA, Mônica Castangna. A educação básica e o movimento social do campo. **Por uma educação básica do campo**. Fundação Universidade de Brasília, 1999.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed.. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000





Resultados da escolarização de mulheres e homens, no contexto rural e urbano no Brasil, segundo censo de 2010																									
Região	GÊNERO	Regular do Fundamental				Regular do Médio				Superior de Graduação				Especialização				Mestrado				Doutorado			
Brasil		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano	Rural		
		%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N		
	MULHER	19,06	11353943	4,46	2658361	6,94	4134286	1,1	652690	5,67	3376909	0,26	152987	0,67	397156	0,03	16081	0,16	95081	0	1828	0,07	39105	0	428
	HOMEM	20,05	11941294	5	2980072	5,95	3542098	0,92	546482	4,34	2587787	0,13	79636	0,41	246247	0,01	7129	0,13	79216	0	1347	0,06	37695	0	535

Tabela I Resultados da escolarização de mulheres e homens, no contexto rural e urbano no Brasil, segundo censo de 2010. Em relação ao contexto urbano, as mulheres seguem com os maiores índices de escolarização, já no contexto rural as mulheres só perdem posição em relação ao ensino fundamental (homem 5% e mulheres 4,46%). Ambos os gêneros não cursaram mestrado ou Doutorado no contexto rural.

Resultados da escolarização de mulheres e homens, no contexto rural e urbano no Nordeste, segundo censo de 2010																									
Região	GÊNERO	Regular do Fundamental				Regular do Médio				Superior de Graduação				Especialização				Mestrado				Doutorado			
Nordeste		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano	Rural		
		%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N		
	MULHER	17,46	3124107	7,89	1411621	5,95	1064459	1,93	345789	4,05	724114	0,36	63790	0,45	81161	0,04	7011	0,09	16065	0	475	0,03	5051	0	68
	HOMEM	18,37	3287424	8,78	1570377	4,57	818218	1,46	261934	2,76	493926	0,14	25401	0,21	38108	0,01	2211	0,07	12146	0	318	0,03	5451	0	135

Tabela II Resultados da escolarização de mulheres e homens, no contexto rural e urbano no Nordeste, segundo censo de 2010. Em relação ao contexto urbano e rural, as mulheres seguem em alta com os maiores índices de escolarização, perdendo apenas para o Ensino Fundamental (urbano e rural: homem 18,37% e 8,78% e mulher 17,46% e 7,89%). No doutorado encontramos os mesmos percentuais (homem e mulher 0,03%) no urbano, já no contexto rural ambos os pares não pontuam no mestrado nem doutorado (0%).



Resultados da escolarização de mulheres e homens, no contexto rural e urbano de Pernambuco, segundo censo de 2010																									
Região	GÊNERO	Regular do Fundamental				Regular do Médio				Superior de Graduação				Especialização				Mestrado				Doutorado			
Pernambuco		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural	
		%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
	MULHER	18,94	539195	5,91	168259	6,34	180572	1,45	41219	4,18	118959	0,27	7742	0,69	19660	0,03	855	0,21	5902	0	54	0,07	2133	0	13
	HOMEM	19,93	567313	6,5	185137	4,86	138314	1,02	29033	2,88	82043	0,08	2414	0,22	6350	0,01	144	0,1	2786	0	41	0,04	1108	-	-

Tabela III Resultados da escolarização de mulheres e homens, no contexto rural e urbano de Pernambuco, segundo censo de 2010. Em relação ao contexto urbano e rural, as mulheres seguem em alto com os maiores índices de escolarização, perdendo apenas para o Ensino Fundamental (urbano e rural: homem 19,93% e 6,5% e mulher 18,94% e 5,91%). No contexto rural ambos os gêneros não pontuam (0%) no mestrado e doutorado. No contexto urbano as mulheres expressivamente avançam em relação ao mestrado acadêmico (mulheres 0,21% e homens 0,1%).